

Notas e informações

ESTADO DE SÃO PAULO

O perigo dos recados

Felizmente para as instituições, não houve o segundo "retorno aos quadros constitucionais vigentes". O primeiro, como se recorda, encobriu o golpe de Estado do general Teixeira Lott, permitindo que o Congresso Nacional, no prazo de dez dias, em novembro de 1955, retirasse sucessivamente a confiança no deputado Carlos Luz, que exercia interinamente a Presidência da República, e no presidente Café Filho. O segundo "retorno", o que não houve para felicidade geral da Nação, deixou de ocorrer antecorrem, quando a Assembléia Nacional Constituinte decidiu votar o presidencialismo e os cinco anos de mandato para os futuros presidentes da República.

Hoje é possível estabelecer com clareza que as pressões sobre a Assembléia Nacional Constituinte não partiram apenas do Planalto e de alguns ministérios decididamente empenhados em seduzir indecisos ou sem opinião formada a respeito de assuntos tão transcendentais, nem tampouco de governadores de Estado. Pode dizer-se que igualmente contribuíram para esse resultado a ação ostensiva dos ministros militares, a declaração preocupante do general Carlos Olavo Guimarães (chefe do Centro de Comunicação Social do Exército) sobre a certeza de uma intervenção militar na hipótese de se votar os quatro anos, e a pressão sobre empresários, como revelado pela entrevista do empresário Antônio Ermírio de Moraes, dando conta de que mudara de opinião (*presidencialismo com eleições em 1988*), passando a favorecer o parlamentarismo com cinco anos por recear pela sobrevivência das instituições. Seu temor tinha um sólido fundamento: as ponderações que lhe haviam sido feitas por chefes militares, em função das quais comunicou suas preocupações a senadores e deputados amigos. Se em novembro de 1955 foi necessário colocar a tropa na rua para permitir que se depusesse um chefe de Estado em sistema presidencialista como se fosse primeiro-ministro em sistema parlamentarista, em março de 1988 foram suficientes as palavras dos chefes militares, ditas de público ou particularmente a quem podia influir.

A votação de terça-feira teve, entre outros, o condão de provar que a sabedoria dos antigos assenta sobre bases falsas.

"Abaixo a tradição latina" poderia ter-se lido nos muros do Congresso Nacional. E estariam certos os que tivessem ousado escrever o que à primeira vista pareceria uma enormidade, mas não foi. Vinte anos depois que os estudantes franceses iniciaram aquilo que seria conhecido como o "maio de 68", os chefes militares brasileiros demonstraram que a autoridade da tradição romana deveria ser posta em causa. Os romanos foram tolos ao dizer *Res, non verba* (realidades, não palavras, no sentido de afirmar que se exigem efeitos, atos e não palavras). Em março de 1988 bastaram as palavras para produzir os efeitos que a situação reclamava. Desmoralizaram-se os clássicos e, felizmente para as instituições, as palavras não voaram, como no outro dito latino, mas ficaram na mente de constituintes e empresários.

Preocupados em dotar as armas singulares de meios estratégicos, os ministros militares aceitaram plenamente a teoria da dissuasão e mandaram seus avisos a quem de direito. Tiveram sorte por vê-los atendidos, pois outra fosse a disposição de luta — melhor dito, tivesse falhado a ofensiva que o Planalto lançou pelo flanco esquerdo, enquanto os governadores atacavam pelo flanco direito — e o assalto frontal à Constituinte ter-se-ia revelado de conseqüências não imaginadas pelos que supuseram fácil dar o passo fatal sem saber ao certo se a sociedade apoiaria outro 11 de novembro, como em 1955.

Os fatos devem ser examinados sem *partis pris*, pois a experiência ainda é grande conselheira. Durante todas as crises que marcaram a Nova e a Novíssima República, os ministros militares tiveram comportamento irrepreensível. Até mesmo quando alguns menos avisados pretenderam fazer esquecida a lei da anistia, sua conduta não ultrapassou os limites do universo das corporações militares. Nas discussões na Comissão Afonso Arinos, defenderam a manutenção do que entendiam ser a função constitucional das Forças Armadas com civilidade e sem insinuações ameaçadoras. O próprio lobby — eficiente, aliás — que funcionou junto à Assembléia Nacional Constituinte desincumbiu-se de sua missão sem que dela se tivesse notícia espalhafatosa. Foi necessário

que os civis se desentendessem sobre um assunto eminentemente *civil*, isto é, sobre o sistema de governo e a duração do mandato do presidente José Sarney, para que os ministros militares empunhassem lanças e saíssem dando recados nada sutis, intimidatórios da classe política. Nessa intromissão indevida tiveram a auxiliá-los o presidente Sarney, que soube servir-se do ardor patriótico que demonstravam, para comunicar aos constituintes que ele agüentaria quanto fogo viesse sobre o Planalto. O resultado da travessia do Rubicão não foi desastroso para a Nação por diversas razões. Poderia tê-lo sido, no entanto, se as seduções do Executivo e as pressões dos governadores não tivessem produzido efeito.

Se as coisas tivessem andado de maneira diversa, que teria acontecido? Que comunicado expediriam os ministérios militares se a Assembléia tivesse mergulhado no *buraco negro*, ou aprovado os quatro anos? Fariam como a tropa paga fez em 1821, indo ao príncipe d. Pedro pedir a demissão do conde de Arcos, alegando falar em nome da Nação? Ela foi bem-sucedida em seu intento, mas teve de ouvir de d. Pedro, incapaz de reagir, que "a tropa pertence à Nação, mas a tropa não é toda a Nação". Mais ainda, que quem podia falar em nome da Nação era a Assembléia, que deliberava. Verdade que depois, no dia 11 de novembro de 1823 (curiosa coincidência de datas) essa mesma tropa fechou a Assembléia Constituinte, porque os chefes militares e o imperador não concordavam com o que lá se passava. Os ministros militares teriam feito isso, hoje?

Sirva a lição para os protagonistas de futuros entreveros, que virão, enquanto os homens no poder forem os mesmos e a crise econômico-financeira não caminhar para solução. As Forças Armadas são feitas para defender as instituições civis, não para dar recados aos Poderes do Estado, permanentes como são elas. A mensagem transmitida nesses dias produziu efeitos; mas que teria acontecido se o desenlace tivesse sido outro? Os ministros teriam sido obrigados, sob pena de ver demonstrado que têm o mesmo poder do ministro da Saúde, a reconhecer que os latinos tinham razão: *Res, non verba*. E então?